

Projecto de Política Social Transformadora e Equitativa de Género para África (GETSPA)

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA DOCUMENTOS TEMÁTICOS

O Instituto de Estudos Africanos (IAS) da Universidade do Gana, com o apoio financeiro da Open Society Foundation, está a convidar à apresentação de propostas para documentos temáticos que investiguem o potencial e os desafios de uma política social transformadora em África.

Contexto

Actualmente, a procura de abordagens de política social transformadoras é dificultada pelos fundamentos neoliberais das abordagens tradicionais e pelas culturas patriarcais das instituições de elaboração de políticas, dois problemas que resultam na falta de atenção política às desigualdades relacionadas com o género, a geração, a localização e a deficiência/incapacidade, entre outras. As políticas sociais são invariavelmente reduzidas à protecção social e são implementadas através de medidas específicas e não universais. Além disso, há um fraco reconhecimento da interação entre as políticas sociais e económicas, com a elaboração de políticas económicas a ganhar proeminência e a política social a ser vista como uma forma de limpar os que ficaram para trás na busca do crescimento económico. Por último, há uma escassez de académicos de política social em África, o que leva a que se privilegie o conhecimento de base ocidental como base para a prática da política social. Os académicos africanos também não dispõem de oportunidades e recursos para realizar investigação sobre política social noutros contextos do Sul global e, por conseguinte, não podem aprender lições que enriqueceriam a política social em África. O projecto GETSPA está empenhado em contribuir para a resolução destas barreiras a uma política social transformadora em África.

Como passo inicial nesta agenda de política social transformadora, o projecto GETSPA tem realizado investigação desde Novembro de 2020 em trinta e um países de África, para mapear o panorama e a evolução das abordagens de política social desde o período colonial. Estes estudos nacionais revelaram que a importância atribuída às políticas sociais na resposta às necessidades de desenvolvimento de África tem variado ao longo dos anos. No período colonial, a política social foi prosseguida com uma agenda de apropriação de recursos que resultou na criação e/ou exacerbação de desigualdades e dualidades estruturais. O período inicial da independência parece ter sido o período de maior atenção à política social, quando os Estados em vias de desenvolvimento lançaram políticas de base alargada para enfrentar simultaneamente os desafios da construção da nação, da cidadania social e económica e do crescimento económico. A desvalorização da política social começou com o período de reformas económicas prescritas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1980, quando a provisão pública do Estado foi reduzida e a lógica de mercado ganhou proeminência. Embora a política social tenha regressado aos discursos mundiais, foi reduzida a uma questão de protecção social que se centra estritamente em intervenções correctivas para os "vulneráveis". Estes não são adequados para responder a questões importantes sobre o aumento das desigualdades, incluindo a desigualdade entre homens e mulheres (relacionada com a segmentação do trabalho por sexo, as disparidades

salariais entre homens e mulheres e as disparidades de activos entre homens e mulheres). O período da pandemia evidenciou os limites da versão redutora da política social para enfrentar as crises de pobreza, vulnerabilidades e desigualdades que se aprofundaram durante a pandemia, e muito menos o objectivo do bem-estar humano no seu sentido mais positivo e expansivo. Esta constatação oferece uma oportunidade para repensar a elaboração de políticas sociais, assinalando um ponto de entrada para a agenda política social transformadora do GETSPA.

É neste contexto que este convite é lançado para documentos temáticos que se centrem em iniciativas promissoras que possam conduzir à realização de uma agenda para uma política social transformadora e equitativa em termos de género para o desenvolvimento de África.

Abordagem

O projecto toma como ponto de partida a definição expansiva de política social de Mkandawire como as

"intervenções colectivas que afectam directamente o bem-estar social, as instituições sociais e as relações sociais... que se preocupam com os efeitos redistributivos da política económica, a protecção das pessoas contra os caprichos do mercado e a evolução das circunstâncias da idade, o reforço do potencial produtivo dos membros da sociedade e a conciliação do peso da reprodução com o de outras tarefas sociais. As sociedades bem sucedidas atribuíram às políticas sociais todas estas tarefas, embora a ponderação das tarefas tenha variado entre países e dentro de cada país, de período para período".¹

A política social diz respeito ao bem-estar social, às instituições sociais e às relações sociais, e tem um valor tanto instrumental como intrínseco ou normativo. Esta abordagem da política social fornece um enquadramento para a avaliação da política social em África.

Além disso, o projecto assume a equidade de género e a transformação das hierarquias de género como uma preocupação fundamental. Trata-se de abordar a falta de interesse pela natureza de género dos regimes de política social e pelas desigualdades de género no desenvolvimento social em todo o espectro de regimes de política social. Embora existam cada vez mais instrumentos de política social dirigidos às mulheres e dos quais estas retiram benefícios sociais, estes não desafiam necessariamente as hierarquias de género, podendo até reforçá-las activamente. A negligência das questões de género na política social manifesta-se em pressupostos não examinados sobre a família e o agregado familiar e na falta de atenção à segmentação do emprego em função do género e às normas problemáticas de género que sustentam o trabalho de cuidados remunerado e não remunerado e a reprodução social. A abordagem destas lacunas na elaboração de políticas e na literatura política traz questões cruciais para o desenvolvimento económico e social para o debate sobre política social.

¹Mkandawire, T. (2011). Regimes de bem-estar e desenvolvimento económico: Colmatar o fosso conceptual. em V. Fitzgerald, J. Heyer, e R. Thorp (Eds.), *Overcoming the Persistence of Poverty and Inequality*, Palgrave, pp. 149-171; Ver também Adesina, Jimi O. (2011), *Beyond the social protection paradigm: social policy in Africa's development*. *Canadian Journal of Development Studies*, 32(4), 454-470

O objectivo mundial deste projecto é a transformação dos discursos, abordagens e culturas de elaboração e implementação de políticas sociais para estabelecer abordagens de políticas sociais transformadoras e equitativas em termos de género em África.

OS DOCUMENTOS TEMÁTICOS

Os documentos temáticos devem complementar ou basear-se em estudos nacionais e regionais já realizados para fornecer vias para políticas sociais transformadoras, analisando intervenções ou soluções promissoras para a política social transformadora em África.

O projecto prevê 9 temas. Segue-se uma lista **não exaustiva** de possíveis temas a estudar:

- A. Interfaces e sinergias da política social e económica**
- B. Fundamentos políticos e democráticos da política social e da cidadania**
- C. A influência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política social em África**
- D. Financiamento da política social em África**
- E. Áreas negligenciadas da política social**

Uma vez que os temas para os documentos temáticos não são exaustivos, as respostas ao convite têm a flexibilidade de propor questões importantes não reflectidas na lista de temas, se as considerarem críticas para repensar a política social. Também são encorajados a destacar aspectos relevantes, mas silenciosos, de uma política social transformadora para consideração.

Seguem-se breves discussões sobre possíveis orientações para os trabalhos no âmbito dos temas propostos.

A. As interfaces e as sinergias da política social e económica

Nas suas fases iniciais, o conceito de economia era entendido como "economia política" - o local das lutas sociais pela justiça distributiva dos benefícios do valor criado colectivamente. Com efeito, o económico e o social são duas faces da mesma moeda. Em contrapartida, a disciplina económica, desde o final do século XVIII, tem sido dominada pela premissa normativa de que as acções dirigidas puramente pelo interesse próprio e mediadas pela "mão invisível" do mercado acabam por produzir o bem-estar comum da forma mais eficiente. Na sua concepção, o bem-estar social é um subproduto de mercados eficientes e não a base normativa da economia. Afirma-se que mercados ilimitados, comércio livre, envolvimento limitado do governo no fornecimento e regulação de mercadorias e serviços conduzirão, em última análise, a um aumento da riqueza e do bem-estar. Entre outras coisas, esta ortodoxia liberal não tem em conta o valor económico criado pela prestação de cuidados ao agregado familiar e à comunidade, que é predominantemente realizada pelas mulheres. Esta exclusão não só nega as alegações de eficiência do mercado enquanto instrumento de afetação de recursos, como também torna as consequências para o bem-estar inerentemente injustas em termos de género. Além disso, a concepção de mão invisível contradiz as abordagens heterodoxas que vêem os mercados como instituições políticas e sociais com tendências altamente desigualadoras que requerem a atenção dos decisores políticos. Também dificulta

a consideração plena do papel e das limitações dos diferentes mecanismos institucionais (envolvendo Estados, mercados e "comunidades") para a gestão de questões económicas e sociais.

O documento temático analisará a forma como a evolução do pensamento e das práticas económicas afectou as políticas sociais, prestando maior atenção à forma como a actual ortodoxia económica prejudica as políticas sociais transformadoras e equitativas em termos de género. O documento explorará paradigmas e políticas económicas alternativas que sejam coerentes com os valores da equidade e da justiça social e discutirá também a forma como as políticas económicas progressistas produzem, por sua vez, resultados sociais transformadores.

O documento temático poderá abordar os seguintes temas:

- A evolução do pensamento económico e as implicações para uma política social transformadora e equitativa em termos de género.
- Como é que os principais pilares da actual ortodoxia económica influenciaram as políticas sociais e como é que políticas económicas alternativas poderiam moldar as políticas sociais em direcções equitativas.
- As implicações de concepções alternativas dos mercados e as suas implicações para o papel da política económica e social.
- Tendo em conta as actuais dificuldades económicas e a consequente reestruturação em todo o continente, como é que as políticas sociais transformadoras podem constituir uma solução para o desenvolvimento económico sustentável.

B. A política e os fundamentos democráticos da política social

Nos anos 80, os países da região foram obrigados a aplicar políticas económicas neoliberais que negligenciaram as políticas sociais. Consequentemente, as políticas sociais introduzidas no início da era pós-colonial, destinadas principalmente a promover a inclusão e a reforçar as capacidades produtivas dos cidadãos, foram desmanteladas através de privatizações e de outros mecanismos destinados a reduzir o Estado e a individualizar os riscos sociais e económicos. A década de 1990 assistiu à transição de regimes militares e outros regimes políticos autoritários em África para democracias baseadas em eleições partidárias competitivas. Desde o regresso da democracia, as políticas sociais tornaram-se questões importantes nas campanhas e debates políticos, especialmente nos domínios dos cuidados de saúde, educação, apoio à infância, apoio ao rendimento dos idosos, condições do mercado de trabalho, habitação, acesso a água potável, igualdade entre homens e mulheres e protecção social. Isto não é surpreendente, dado o papel fundamental da política social na promoção do bem-estar humano através da redistribuição, produção, reprodução, protecção e coesão social. Estes papéis da política social reforçam o argumento de que a dicotomia entre políticas sociais e económicas é artificial e que o social e o económico são simbióticos e inseparáveis.

No contexto das democracias africanas, os discursos sobre as políticas sociais têm lugar numa interface política ocupada por actores nacionais e transnacionais. Isto levanta questões sobre as constelações e os interesses dos actores, o papel mediador das instituições, o poder e as posições, a concepção e a aplicação das políticas, bem como as capacidades em termos de recursos. Espera-se que este documento forneça uma análise conceptual e teórica da política

social na política democrática contemporânea de África. Basear-se-á em exemplos e ilustrações de países da região para sugerir uma agenda transformadora para a política social em contextos democráticos. O documento temático poderá abordar os seguintes temas:

- Política social e política democrática em África
- A política da política social (interesses, definição da agenda, posicionamento; debates)
- Perspectivas normativas e de direitos humanos para uma política social transformadora
- Instituições de governação mundial e política social

C. A influência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política social em África

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adoptados pelos líderes mundiais em Setembro de 2015, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), com o apoio de outras instituições multilaterais. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável foram concebidos para dar resposta aos desafios associados a três áreas de crescimento: crescimento económico, inclusão social e protecção do ambiente. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável visam eliminar ou reduzir a pobreza no seio da família humana, acabar com a fome através da salvaguarda da segurança alimentar, melhorar a qualidade da vida humana e dos meios de subsistência através de uma melhor definição das prioridades dos investimentos no sector da saúde, garantir a capacitação das mulheres e promover a igualdade, melhorar o abastecimento de água potável e o saneamento, centrar-se na criação de um ambiente propício ao trabalho digno e às oportunidades de emprego e abordar agressivamente as causas subjacentes às alterações climáticas, entre outras. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável tornaram-se os indicadores-chave de desempenho (KPI) para medir o progresso nos países, especialmente em África e no mundo em desenvolvimento. Em África, um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável observou que os progressos têm sido lentos. Por exemplo, apesar de se terem registado alguns progressos em matéria de matrículas escolares, o relatório refere que cerca de 288 milhões de crianças em idade escolar não frequentam a escola, sendo esta situação mais frequente nos países do continente afectados por conflitos. O relatório adverte ainda que cerca de 350 milhões de africanos serão afectados pela pobreza extrema até 2050, a menos que sejam feitos progressos mais significativos nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Embora os objectivos continuem a ser um modelo útil para orientar os decisores políticos sobre as suas prioridades políticas, existe a preocupação de que a maioria dos países do continente sofra de problemas de desenvolvimento - incluindo desemprego, insegurança, insurreições, convulsões políticas, dívidas crescentes, má gestão de fundos - que não foram especificamente analisados e considerados no quadro geral dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Assim, embora no seu enquadramento geral, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável se enquadrem directamente nas preocupações da política social, a história das abordagens políticas intervencionistas em África ensina-nos que quando o contexto não é devidamente tido em conta na definição do problema e na concepção de

soluções, as hipóteses de sucesso são mínimas. Além disso, os desafios ao bem-estar humano na maior parte dos países africanos exigem múltiplas inovações, um pensamento político inteligente e concepções criativas a nível conceptual, institucional, social e tecnológico.

O documento temático pode analisar estas e outras questões:

- Em que medida tem havido uma adequação entre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e as realidades locais nos países africanos no que diz respeito à política social, e qual tem sido a influência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas de política social na região?
- De que forma podem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável apoiar ou servir de inspiração para promover e conceber políticas sociais criativas com capacidades multifacetadas de resolução de problemas, sem comprometer as promessas de crescimento económico em África?
- Como e em que medida os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estão a abordar - ou são capazes de abordar - as questões da desigualdade de género de uma forma que desaloja normas profundamente enraizadas e práticas assumidas que inibem os esforços para promover a equidade de género?

D. Financiamento da política social

O financiamento da política social é, desde há muito, uma questão controversa. Embora se reconheça cada vez mais o valor da política social como um investimento no desenvolvimento socioeconómico, a questão da acessibilidade da política social continua a ser uma questão crítica nos debates políticos e académicos; a construção de programas de política social com base em disposições financeiras sustentáveis, equitativas e conducentes ao desenvolvimento económico continua a ser uma preocupação central. Muitas vezes, a tónica no custo da política social tem sido utilizada como justificação para instrumentos de política social orientados e baseados no mercado.

A tónica na dimensão financeira da política social é considerada necessária para evitar extremos políticos de austeridade ou políticas sociais expansionistas que são insustentáveis.² Um conjunto de estudos sobre o financiamento sustentável da política social numa perspectiva alargada de desenvolvimento identificou diferentes fontes de receitas para a política social, como a tributação, as contribuições para os seguros, os fundos de pensões, as rendas dos recursos naturais, a ajuda ao desenvolvimento e as remessas de fundos. Os diferentes países utilizam diferentes combinações destes instrumentos com base na sua dotação de recursos e nas suas trajectórias de política económica.³

A investigação das implicações económicas, sociais e políticas de cada fonte de receitas permite apreciar a importância de equilibrar os objectivos económicos, sociais e políticos associados a cada acordo de receitas. Em segundo lugar, uma interrogação crítica das combinações destes instrumentos aponta para os seus efeitos variáveis na estabilidade

² Mkandawire, T. (2009). Prefácio. In K. Hujo, and S. McClanahan (Eds.), *Financing social policy mobilizing resources for social development*, UNRISD and Palgrave Macmillan.

³ Hujo, K. and McClanahan, S. (2009) "Introduction and Overview. In K. Hujo and S. McClanahan (Eds.), *Financing social policy, mobilizing resources for social development*, UNRISD and Palgrave Macmillan.

macroeconómica, na capacidade de os cidadãos exigirem responsabilização e nas funções da política social e das relações Estado-sociedade (produção, reprodução, protecção, redistribuição e coesão social).

O financiamento da política social envolve questões de mobilização e afetação de recursos, bem como os actores e as instituições envolvidas nestes processos. Ao analisar estas questões, é necessário ir além de uma perspectiva micro sobre a melhor forma de afectar um determinado número de recursos e examinar o impacto das disposições de bem-estar no desenvolvimento económico e vice-versa. Uma questão conexas é a forma como a política social pode apoiar um processo de acumulação que gera rendimentos que podem ser utilizados por diferentes instrumentos de política social.⁴

O enfoque nas fontes de receita para a política social permite aos investigadores centrarem-se tanto nos constrangimentos como nas oportunidades para os países em desenvolvimento criarem estratégias eficazes de financiamento de políticas sociais que façam avançar a agenda do desenvolvimento.

O documento examinará questões como:

- A evolução do financiamento da política social
- Mudança das noções de custos e benefícios da política social e suas implicações para uma política social eficaz.
- Investimentos privados na política social e sua provisão.
- Análise comparativa das actuais abordagens dominantes ao financiamento da política social e das modalidades de financiamento e suas implicações para uma política social transformadora e equitativa em termos de género.
- Abordagens promissoras ao financiamento da política social que promovem uma política social transformadora e equitativa em termos de género.

E. Dimensões negligenciadas da política social

Os académicos influentes da política social em África conceberam a política social como englobando a produção, a protecção, a redistribuição, a reprodução e a coesão social, e tendo a capacidade de gerar uma transformação multidimensional e multifacetada. Esta definição alargada de política social sugere dimensões importantes da política social que não receberam atenção suficiente da investigação, quer se trate de sectores, actores, processos ou fenómenos.

São bem-vindas, por exemplo, propostas de documentos temáticos que

- abordem uma perspectiva de política social sobre bens e serviços públicos que apoiam o florescimento humano, tais como habitação, transportes públicos, ar puro, planeamento urbano, instalações recreativas, radiodifusão pública, protecção do consumidor, aplicação da lei e serviços postais;

⁴ Abdikani, H.I. (2021) *A política social como instrumento de redução da pobreza em África: Explorar formas e mecanismos*, ILA.

- debater as implicações das políticas sociais nos domínios do lazer, da expressão criativa, da filantropia e do voluntariado, bem como do trabalho não remunerado;
- examinar a natureza, as operações e a influência de actores da política social menos visíveis ou menos estudados, como os militares ou organismos regionais como a CEDEAO.

FORMATO DAS CANDIDATURAS

Conteúdo da candidatura

Os candidatos devem apresentar os seguintes documentos:

1. um CV
2. Um documento de síntese com um máximo de 2 500 palavras (excluindo referências e notas de rodapé), com as seguintes secções
 - Contexto
 - Natureza da questão e importância do tema para a política social
 - Debates académicos e políticos actuais sobre o tema em África
 - Abordagem teórica ou conceptual do trabalho
 - Âmbito de aplicação do documento
 - Questões/objectivos da investigação
 - Fontes de dados e análise
 - Esboço do documento
 - Uma secção de perfil profissional com
 - uma breve descrição da experiência/currículo do(s) investigador(es) que ilustre as qualificações e competências relevantes,
 - exemplos de relatórios/trabalhos semelhantes, com algumas ligações a trabalhos publicados.

Aceitamos propostas em Inglês, Francês ou Português.

Prazos e taxas

- Prazo para apresentação de candidaturas: **15 de Fevereiro de 2025**
- Notificação aos candidatos seleccionados: **31 de Março de 2025**
- Contratação: **15 de Abril de 2025**
- Duração do contrato: **6 meses** a contar da data de assinatura do contrato
- Taxas: 6.000 USD por página

Apresentação e pedidos de informação

Enviar as candidaturas e/ou pedidos de informação por correio electrónico para ro.getspa.ias@ug.edu.gh e pis.getspa.ias@ug.edu.gh

